

**1<sup>a</sup>**  
**MARA**  
**TONA**   
**QCONCURSOS**

S I M U L A D O

# Núcleo Comum

Blocos de **1a7**



**CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DO GOVERNO FEDERAL**

**NÚCLEO COMUM (Blocos 1 a 7)**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

**01** - O candidato recebeu o seguinte material:

**a)** Este **Caderno de Questões**, com o enunciado das **50 (cinquenta) questões** objetivas, sem repetição ou falha.

**b)** Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

**02-** Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

**03-** O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

**04-** Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia 05/05/2024. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

**05-** Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**01.** A Constituição Federal denomina o país como República Federativa do Brasil, utilizando-se de sua forma de governo e de sua forma de estado como elementos definidores do próprio Estado. Sobre o federalismo, assinale a alternativa correta:

(A) o federalismo brasileiro se assemelha com o modelo estadunidense, pois ambos foram decorrentes do movimento centrípeto;

(B) o federalismo brasileiro se assemelha com o modelo estadunidense, pois ambos foram decorrentes do movimento centrífugo;

(C) enquanto o federalismo brasileiro foi formado a partir de um estado unitário que se dividiu em entes federados, o federalismo estadunidense decorreu de uma centralização a partir das antigas colônias;

(D) enquanto o federalismo estadunidense foi formado a partir de um estado unitário que se dividiu em entes federados, o federalismo brasileiro decorreu de uma centralização a partir das antigas capitanias hereditárias;

(E) o federalismo brasileiro é conhecido pela predominância da União sobre os demais entes federativos, podendo a União realizar, inclusive, a intervenção nos Estados e nos Municípios.

**02.** A retomada da democracia no Brasil teve como principal símbolo a edição da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”. Sobre a democracia brasileira, é correto afirmar:

(A) os únicos mecanismos de participação democrática direta previstos na Constituição são o plebiscito e o referendo;

(B) a iniciativa popular é inserida dentre os mecanismos de participação direta na democracia brasileira, permitindo a propositura tanto de projetos de lei ordinária quanto de projetos de lei complementar diretamente pelo povo;

(C) a iniciativa popular é inserida dentre os mecanismos de participação direta na democracia brasileira, permitindo a propositura somente de projetos de lei ordinária diretamente pelo povo;

(D) a democracia brasileira somente se exerce por meio de representantes eleitos;

(E) a democracia brasileira pode ser chamada de híbrida, pois mescla mecanismos de democracia direta, como o plebiscito, como mecanismos de democracia representativa, por meio da eleição de representantes, que será exclusivamente direta.

**03.** Sobre os mecanismos de participação direta da democracia brasileira, assinale a alternativa incorreta:

(A) Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

(B) O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

(C) O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

(D) Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

(E) a iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por seis Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**04.** Leia as assertivas a seguir:

I. exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

II. conceder anistia;

III. planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

IV. zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

V. instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

VI. fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

No contexto da federação brasileira, são competências exclusivas da União aquelas descritas em:

(A) I, II, III e V, apenas.

(B) I, III, IV e V, apenas.

(C) II, III, IV e V, apenas.

(D) II, III, V e VI, apenas.

(E) I, II, III, IV, V e VI.

**05.** Em plebiscito realizado em abril de 1993, o Brasil escolheu o sistema de governo presidencialista, em detrimento do parlamentarista. Sobre o presidencialismo brasileiro, é correto afirmar que:

(A) a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no penúltimo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente;

(B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.

(C) Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, caso nenhum candidato alcance maioria absoluta na segunda votação, será considerado eleito o candidato mais velho;

(D) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação;

(E) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais velho;

**06.** O presidencialismo brasileiro é caracterizado pela acumulação de funções de chefia de governo e de chefia de estado na mesma autoridade. De acordo com o texto da Constituição Federal, não é atribuição do Presidente da República:

(A) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

(B) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

(C) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

(D) celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

(E) conferir condecorações e distinções honoríficas.

**07.** Levando em consideração a definição de políticas públicas, é correto afirmar que:

(A) as políticas públicas são ações restritas ao setor privado que visam o lucro e a eficiência operacional.

(B) as políticas públicas são exclusivamente políticas de governo que não envolvem a participação da sociedade civil.

(C) as políticas públicas referem-se a ações e estratégias adotadas pelo governo com o objetivo de solucionar problemas públicos e promover o bem-estar da sociedade.

(D) as políticas públicas são planos de ação que dependem apenas de financiamento estrangeiro para serem executados.

(E) as políticas públicas são iniciativas que devem ser implementadas somente no âmbito municipal.

**08.** Em relação ao tema ciclos de políticas públicas, a fase de formulação envolve:

(A) a identificação e definição dos problemas públicos, bem como a elaboração de propostas e alternativas de ação.

(B) a simples implementação das políticas já decididas, sem necessidade de ajustes ou debates.

(C) a execução dos projetos e programas estabelecidos sem monitoramento ou avaliação posterior.

(D) a avaliação final das políticas públicas após a sua execução, verificando se os objetivos foram alcançados.

(E) o acompanhamento contínuo das ações implementadas, sem prever correções de rumo ou ajustes necessários.

**09.** Na fase de monitoramento e avaliação das políticas públicas, é correto afirmar que:

(A) o monitoramento não precisa ser contínuo, pois a avaliação final é suficiente para verificar os resultados.

(B) a avaliação das políticas públicas deve ser realizada exclusivamente por órgãos governamentais, sem a participação da sociedade civil.

(C) a avaliação tem como único objetivo punir os responsáveis pela implementação das políticas em caso de falhas.

(D) o monitoramento é um processo que envolve a coleta sistemática de dados para acompanhar a execução das políticas públicas e fazer os ajustes necessários.

(E) o monitoramento e a avaliação são desnecessários, uma vez que as políticas públicas sempre atingem seus objetivos iniciais.

**10.** Leia as assertivas a seguir:

I. resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II. autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III. autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV. planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V. limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

São atribuições do Congresso Nacional que não dependem da sanção do Presidente da República aquelas constantes em:

(A) I, II e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) I, IV e V, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

**11.** O Brasil, que tem uma complexa estrutura federativa, adota um modelo de organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais baseado em princípios que norteiam a articulação entre os entes federativos. Nesse contexto, assinale a alternativa incorreta a respeito das características desse modelo:

(A) os programas nacionais, apesar de concebidos e direcionados pelo Governo Federal, possuem sua execução descentralizada, com participação ativa dos governos estaduais e municipais.

(B) a construção e a implementação dos sistemas de programas nacionais preveem mecanismos formais de participação social, garantindo a voz da sociedade civil organizada na formulação das políticas públicas e na avaliação de seus resultados.

(C) os entes federativos, União, estados e municípios, compartilham responsabilidades na gestão dos sistemas de programas nacionais.

(D) o controle social, exercido pela sociedade civil organizada e pelos órgãos de controle externos, é um elemento fundamental na organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais.

(E) o financiamento dos sistemas de programas nacionais se dá exclusivamente por meio da transferência de recursos da União para os estados e municípios, conforme critérios previamente estabelecidos.

**12.** A Constituição Federal determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Entre as finalidades desse sistema, assinale a alternativa incorreta:

(A) apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional;

(B) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

(C) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

(D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

(E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

**13.** De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Poder Executivo tem papel protagonista na sua coordenação e implementação, mas faz-se necessária a definição de responsabilidades compartilhadas entre a União, Estados, Municípios e do Distrito Federal na execução de políticas públicas, tanto quanto a criação de espaços de participação e controle social nos Poderes Judiciário e Legislativo, no Ministério Público e nas Defensorias, em ambiente de respeito, proteção e efetivação dos Direitos Humanos. No contexto da Diretriz 5: Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento, especificamente do objetivo estratégico I: Garantia da participação e do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento com grande impacto socioambiental, é certo afirmar que a ação de fortalecer ações que valorizem a pessoa humana como sujeito central do desenvolvimento, enfrentando o quadro atual de injustiça ambiental que atinge principalmente as populações mais pobres é de responsabilidade:



- (A) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, apenas;
- (B) Ministério do Meio Ambiente, apenas;
- (C) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente, apenas;
- (D) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades, apenas;
- (E) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça, apenas.

**14.** Levando em consideração o sistema de pesos e contrapesos estabelecido pelo sistema constitucional brasileiro para garantir a harmonia e a independência dos Poderes da República, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (B) cabe ao Supremo Tribunal decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- (C) cabe ao Congresso Nacional conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- (D) cabe ao Congresso Nacional apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- (E) cabe ao Presidente da República apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

**15.** O conceito de desenvolvimento sustentável tem como objetivo conciliar o progresso socioeconômico com a proteção ambiental e a justiça social. No âmbito das mudanças climáticas, esse conceito assume fundamental importância para a construção de um futuro resiliente e sustentável. Diante desse contexto, assinale a alternativa incorreta a respeito dos princípios basilares do desenvolvimento sustentável:

- (A) o desenvolvimento sustentável exige a integração das dimensões ambiental, social e econômica, reconhecendo a interdependência entre esses aspectos e a necessidade de abordá-los de forma conjunta e equilibrada.
- (B) o princípio da precaução preconiza a adoção de medidas preventivas diante de riscos ambientais e sociais ainda incertos, mas potencialmente graves, determinando a paralisação de qualquer atividade, mesmo que o dano seja incerto.
- (C) a busca pela equidade social e ambiental é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois implica na redução das desigualdades sociais e na garantia do acesso justo aos recursos naturais e aos benefícios do desenvolvimento para todas as pessoas.
- (D) as ações da presente geração devem considerar os impactos nas gerações futuras, preservando o meio ambiente e os recursos naturais para que as próximas gerações possam suprir suas necessidades.
- (E) a participação ativa da sociedade civil organizada na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável é essencial para garantir a legitimidade e a efetividade dessas ações.

**16.** As atuais mudanças climáticas, causadas especialmente pela emissão de gases de efeito estufa em decorrência das atividades humanas, representam um dos maiores desafios da atualidade. Seus impactos têm sido sentidos em todo o planeta, com o aumento da temperatura média global, elevação do nível do mar, intensificação de eventos climáticos extremos e alterações nos padrões de precipitação. Diante desse cenário, assinale a alternativa que não corresponde a uma consequência das mudanças climáticas:

(A) o aumento da temperatura global e as alterações nos padrões climáticos podem levar à extinção de diversas espécies de plantas e animais, ameaçando a rica biodiversidade do planeta.

(B) o aumento da temperatura e as mudanças nos padrões climáticos podem favorecer a proliferação de doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, representando um risco à saúde pública.

(C) o aumento da aridez em algumas regiões do planeta, intensificado pelas mudanças climáticas, pode levar à desertificação, com a perda da fertilidade do solo e a degradação dos ecossistemas.

(D) os impactos das mudanças climáticas, como secas, inundações e eventos climáticos extremos, podem deslocar populações de suas casas e comunidades, gerando fluxos migratórios forçados e intensificando os desafios sociais.

(E) aumento da produção agrícola, por meio do aumento da temperatura que acaba acelerando a produtividade.

**17.** Leia as assertivas a seguir:

I. a memória social contribui para o combate à impunidade de crimes contra os direitos humanos, exigindo a responsabilização dos agentes públicos e privados que cometeram violações, seja por meio da justiça criminal, seja por mecanismos de reparação não judicial.

II. o resgate da memória social e o enfrentamento do autoritarismo são essenciais para prevenir a repetição de violações de direitos humanos, pois ao reconhecer as raízes históricas do autoritarismo e das atrocidades do passado, é possível impedir a repetição dos erros do passado.

III. a garantia de não repetição de violações de direitos humanos exige o compromisso com a memória social, a investigação e o julgamento dos responsáveis por crimes do passado, a adoção de medidas para prevenir novas violações e a reparação integral das vítimas.

IV. a reconstrução da verdade histórica, por meio da investigação, do registro e da divulgação dos fatos que caracterizaram regimes autoritários e violações de direitos humanos, é fundamental para a construção da memória social e para o processo de reconciliação nacional.

V. a memória social e o enfrentamento do autoritarismo devem ser temas de amplo debate público, promovendo a educação em direitos humanos, a reflexão crítica sobre o passado e a participação social na construção de um futuro mais justo e democrático.

A memória social e o enfrentamento do autoritarismo se configuram como elementos indissociáveis na luta pela efetivação e reparação dos direitos humanos.



Através da preservação e do reconhecimento das atrocidades do passado, busca-se combater a cultura do silêncio, promover a justiça e construir uma sociedade mais justa e democrática.

Estão corretas, nesse sentido, as afirmativas constantes em:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

**18.** Caso o governo implemente um programa nacional destinado a reduzir a desigualdade de renda, que inclui medidas como aumento do salário-mínimo, criação de empregos, e redistribuição de renda por meio de impostos progressivos. Com base nesse exemplo, é correto afirmar que:

- (A) as políticas de combate à desigualdade de renda devem focar exclusivamente em doações e caridade por parte do setor privado.
- (B) a implementação de políticas de redistribuição de renda pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades de renda em um país.
- (C) As políticas de combate à desigualdade de renda devem ser temporárias e não precisam de monitoramento ou avaliação.
- (D) A redução da desigualdade de renda só pode ser alcançada através de investimentos estrangeiros.
- (E) o aumento do salário-mínimo é uma medida ineficaz e não deve ser considerada em programas de combate à desigualdade de renda.

**19.** Um dos temas mais importantes relacionados às políticas públicas brasileiras é, sem dúvida, a promoção da seguridade social.

Nesse sentido, prevê a Constituição que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

(A) nacionalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(B) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(C) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irreduzibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

(D) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; possibilidade de redutibilidade do valor dos benefícios excepcionalmente; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(E) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

irreduzibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

**20.** Imagine um país que implementa um programa de desenvolvimento regional que inclui investimentos em infraestrutura, educação e saúde nas áreas mais pobres, juntamente com políticas de incentivo à contratação de trabalhadores mais velhos. Sobre essa política pública, pode-se afirmar que

(A) políticas de incentivo à contratação de trabalhadores mais velhos podem ajudar a reduzir as desigualdades etárias no mercado de trabalho.

(B) investimentos em infraestrutura, educação e saúde nas áreas mais pobres não têm impacto na redução das desigualdades regionais.

(C) o combate às desigualdades regionais e etárias deve ser deixado exclusivamente para o setor privado, sem a intervenção governamental.

(D) programas de desenvolvimento regional não devem incluir investimentos em educação e saúde.

(E) a desigualdade regional só pode ser reduzida através da migração das populações mais pobres para áreas mais ricas.

**21.** Usando como referência o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, NÃO está entre os primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele:

- (A) o zelo.
- (B) o decoro.
- (C) a eficiência.
- (D) a dignidade.
- (E) a consciência dos princípios morais.

**22.** De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre:

- (A) o decoro.
- (B) a eficiência.
- (C) a legalidade.
- (D) o bem comum.
- (E) a impessoalidade.

**23.** Assinale a opção que preenche corretamente, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, as lacunas a seguir:

Salvo os casos de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_ do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

- (A) segurança pública - investigações policiais - interesse superior.
- (B) segurança nacional - investigações policiais - interesse superior.

(C) segurança pública - investigações policiais - interesse administrativo.

(D) segurança pública - investigações policiais - interesse administrativo.

(E) segurança nacional - investigações administrativas - interesse superior.

**24.** O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal afirma que toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de:

- (A) proibidade no serviço público.
- (B) inadequação do servidor público.
- (C) desmoralização do serviço público.
- (D) inconseqüência do servidor público.
- (E) descaracterização do serviço público.

**25.** É dever fundamental do servidor público, expresso no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

(A) desempenhar, em seu tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.

(B) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança individual.

(C) tratar desidiosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.

(D) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

(E) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços particulares.

**26.** NÃO é vedação ao servidor público, expressa no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

- (A) desviar servidor público para atendimento a interesse particular.
- (B) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- (C) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- (D) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
- (E) Exercer qualquer atividade profissional ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho público.

**27.** Assinale a opção que preenche corretamente, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, as lacunas a seguir:

A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de \_\_\_\_\_ e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por \_\_\_\_\_ os seus integrantes, com \_\_\_\_\_.

- (A)censura – todos – ciência do faltoso.
- (B)censura – maioria – ciência do faltoso.
- (C)suspensão – todos – ciência do faltoso.
- (D)censura – todos – autorização do faltoso.
- (E)suspensão – maioria – autorização do faltoso.

**28.** É princípio da governança pública, de acordo com o decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017:

- (A)eficiência.
- (B)integridade.
- (C)moralidade.
- (D)assiduidade.
- (E)participação.

**29.** NÃO é uma diretriz da governança pública presente no decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional):

- (A) promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.
- (B) articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.
- (C) direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.
- (D) monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.
- (E) fazer incorporar padrões mínimos de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades.

**30.** De acordo com o decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional), é um mecanismo para o exercício da governança pública:

- (A) estratégia.
- (B) adequação.
- (C) conveniência.
- (D) oportunidade.
- (E) competitividade.

**31.** De acordo com o decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017: Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, NÃO terão como eixo:

- (A) O comprometimento e apoio da alta administração.
- (B) O monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.
- (C) A análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade.
- (D) A existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade.
- (E) A utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho.

**32.** NÃO constitui expressamente uma das diretrizes previstas na lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Acesso à informação):

- (A) desenvolvimento do controle social da administração pública.
- (B) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- (C) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (E) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

**33.** Para os efeitos da lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Acesso à informação), considera-se “informação pessoal”:

- (A) aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- (B) qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

(C) qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

(D) aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

(E) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**34.** NÃO é um princípio e/ou diretriz do Governo Digital e da eficiência pública, previsto na lei nº 14.129, de 29 de março de 2021:

(A) o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão.

(B) o uso da tecnologia para mitigar processos de trabalho da administração pública.

(C) o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública.

(D) a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços.

(E) o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos.

**35.** Assinale o item que preenche correta e especificamente a lacuna a seguir:

A \_\_\_\_\_ é o termo geral normalmente utilizado para se referir ao preconceito e à discriminação em razão de orientação sexual. No caso, pessoas que se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo (gays, lésbicas ou bissexuais).

(A) misoginia.

(B) transfobia.

(C) homofobia.

(D) injúria racial.

(E) discriminação racial.

**36.** Assinale o item que preenche correta e especificamente a lacuna a seguir:

A \_\_\_\_\_ é o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero, contra travestis e transexuais. Uma pessoa transexual possui uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico.

- (A) misoginia.
- (B) transfobia.
- (C) homofobia.
- (D) injúria racial.
- (E) discriminação racial.

**37.** O tipo de racismo, camuflado de piada, humor hostil e brincadeiras disfarçadas de ofensas contra grupos específicos, é chamado especificamente de:

- (A) laboral.
- (B) reverso.
- (C) recreativo.
- (D) estrutural.
- (E) conjuntural.

**38.** A forma de discriminação e preconceito contra pessoas com base na idade - manifestada como piadas, infantilização e atitudes de exclusão, e pode afetar a saúde física e mental das pessoas mais velhas, contribuindo para o seu isolamento social -, é chamada de:

- (A) racismo.
- (B) etarismo.
- (C) misoginia.
- (D) xenofobia.
- (E) capacitismo.

**39.** Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A definição refere-se a:

- (A) Povos aculturados.
- (B) Comunidades Ribeirinhas.
- (C) Povos indígenas, somente.
- (D) Povos e Comunidades Tradicionais.
- (E) Comunidades quilombolas, somente.

**40.** A Lei 14.532, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, sancionada em janeiro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também protege a:

- (A) Liberdade de Crença.
- (B) Acesso à Informação.
- (C) Liberdade de Reunião.
- (D) Liberdade de Profissão.
- (E) Liberdade de Expressão.

**41.** No município X, o Poder Legislativo municipal decidiu encerrar a sessão sem, no entanto, aprovar a proposta orçamentária para o exercício seguinte. Isso ocorreu porque não houve acordo durante as discussões. No entanto, Mévio, o prefeito do município, deu início à execução dos programas que estavam previstos na proposta orçamentária, ao argumento de que os serviços e obras eram indispensáveis para as atividades.

Dessa forma, vê-se que o prefeito Mévio deixou de observar princípio da administração pública, regra que visa garantir um desempenho do serviço público. No caso em tela, a conduta do prefeito feriu qual princípio?

- (A) princípio da legalidade
- (B) princípio da eficiência
- (C) princípio da transparência
- (D) princípio da moralidade
- (E) princípio da publicidade



**42.** No âmbito da administração pública, o princípio da impessoalidade é fundamental para garantir que as ações dos agentes públicos sejam realizadas de forma neutra, sem favorecimentos ou perseguições pessoais. Assinale a alternativa que melhor descreve o princípio da impessoalidade.

(A) O princípio da impessoalidade determina que a administração pública deve priorizar os interesses pessoais dos agentes públicos em detrimento do interesse público.

(B) O princípio da impessoalidade exige que as decisões administrativas sejam tomadas com base em critérios objetivos e impessoais, visando o interesse público e evitando favoritismos.

(C) O princípio da impessoalidade permite que os agentes públicos utilizem seu cargo para promover interesses pessoais, desde que isso não prejudique a administração pública.

(D) O princípio da impessoalidade se aplica apenas às decisões administrativas de alto impacto e não às atividades rotineiras dos servidores públicos.

(E) O princípio da impessoalidade impede a administração pública de realizar qualquer ação que beneficie diretamente um cidadão específico, independentemente da legalidade dessa ação.

**43.** O princípio da moralidade é um dos fundamentos da administração pública, exigindo que os agentes públicos atuem com ética e integridade. Sobre o princípio da moralidade, assinale a alternativa correta:

(A) O princípio da moralidade permite que atos administrativos contrários à ética sejam justificados se houver um benefício econômico para a administração pública.

(B) O princípio da moralidade exige que os agentes públicos ajam conforme a lei e os padrões éticos aceitos pela sociedade, mesmo que a lei não especifique claramente a conduta esperada.

(C) O princípio da moralidade aplica-se somente aos agentes políticos e não aos servidores públicos em geral.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da moralidade se aplica a todos os agentes públicos, incluindo tanto agentes políticos quanto servidores públicos.

(D) O princípio da moralidade é relativo e depende exclusivamente dos valores pessoais de cada agente público.

(E) O princípio da moralidade não tem implicações práticas na administração pública, sendo apenas uma diretriz teórica.

**44.** Tício, servidor público do município Y, decidiu contratar uma empresa para a realização de obras de infraestrutura sem realizar a devida publicidade do processo licitatório, justificando que a empresa escolhida era a mais capacitada e que o tempo era curto para seguir todos os trâmites legais. Em vista desse caso, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor representa a violação do princípio da publicidade:

(A) Tício agiu corretamente, pois a urgência da situação justificava a escolha direta da empresa sem necessidade de publicidade.

(B) Tício poderia ter escolhido a empresa diretamente se tivesse consultado outros servidores sobre a capacidade da empresa.

(C) Tício violou o princípio da publicidade, que exige a divulgação de todos os atos administrativos para garantir transparência e controle social.

(D) Tício não violou o princípio da publicidade, pois a escolha da empresa mais capacitada justifica a falta de publicidade do processo licitatório.

(E) Tício agiu corretamente ao não realizar a publicidade do processo, pois a urgência da obra permitia a dispensa de licitação.

**45.** Ana, servidora pública responsável pela gestão de projetos no Departamento de Saúde do município de Roseiral, decidiu implantar um novo sistema de agendamento eletrônico para consultas médicas. Apesar do sistema ser moderno e eficiente, Ana não promoveu treinamentos adequados para os funcionários e não realizou uma campanha de divulgação para a população. Como resultado, muitos pacientes continuaram a usar o antigo sistema manual, gerando atrasos e confusão. Em relação ao princípio da eficiência, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve a situação:

(A) Ana agiu de acordo com o princípio da eficiência ao implantar um sistema moderno, independentemente dos problemas de implementação.

(B) Ana violou o princípio da eficiência, pois não considerou todos os aspectos necessários para a implementação bem-sucedida do novo sistema.

(C) Ana cumpriu o princípio da eficiência, pois a modernização do sistema por si só é uma medida eficiente.

(D) Ana não violou o princípio da eficiência, pois qualquer problema decorrente da implementação é natural e não compromete a eficiência administrativa.

(E) Ana poderia ter evitado problemas se tivesse implementado o sistema de forma gradual, sem precisar se preocupar com treinamentos e divulgação.

**46.** João, servidor público federal, foi designado para chefiar uma nova unidade administrativa no Ministério da Educação. Ao assumir, ele percebeu que a unidade não tinha uma definição clara de suas atribuições, pois faltavam normas internas e os servidores não estavam adequadamente designados conforme suas competências.

Com base no Decreto-Lei nº 200/1967, que trata sobre a organização da Administração Pública Federal, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve como João deve proceder para estruturar a nova unidade administrativa.

(A) João pode definir as atribuições da unidade, estabelecer normas internas claras e distribuir os servidores conforme suas competências, seguindo os princípios da descentralização e da coordenação.

(B) João deve centralizar todas as decisões na chefia da unidade para garantir maior controle e eficiência, conforme o princípio da centralização previsto no Decreto-Lei nº 200/1967.

(C) João deve solicitar que todas as decisões e definições de atribuições sejam feitas exclusivamente pelo Ministro da Educação, conforme o princípio da hierarquia do Decreto-Lei nº 200/1967.

(D) João deve esperar que as definições das atribuições e normas internas venham exclusivamente da Presidência da República, pois a organização das unidades administrativas é competência exclusiva do Presidente, conforme o Decreto-Lei nº 200/1967.

(E) João deve promover a autarquia da unidade, garantindo que ela opere de forma completamente independente das demais unidades do Ministério da Educação, conforme o princípio da autonomia administrativa do Decreto-Lei nº 200/1967.

**47.** Carlos, servidor público federal, solicitou licença para tratar de interesses particulares por determinado período, conforme previsto na Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Durante a licença, recebeu proposta de emprego em uma empresa privada e decidiu aceitá-la.

Com base na Lei nº 8.112/90, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve a situação de Carlos:

- (A) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a licença para tratar de interesses particulares permite o exercício de outra atividade remunerada.
- (B) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, desde que tenha comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a nova ocupação.
- (C) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a Lei nº 8.112/90 permite a acumulação de cargos públicos e privados durante a licença para tratar de interesses particulares.
- (D) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a licença para tratar de interesses particulares é um direito do servidor para buscar outras oportunidades profissionais.
- (E) Carlos agiu de forma inadequada ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a Lei nº 8.112/90 veda o exercício de atividade remunerada durante a licença para tratar de interesses particulares.

**48.** Maria, servidora pública federal, solicitou licença para tratar de interesses particulares por um período de 3 meses, conforme previsto no artigo 81 da Lei nº 8.112/90. Durante a licença, Maria foi convocada para realizar um curso de capacitação oferecido pelo Ministério da Educação, porém não informou ao órgão de origem sobre sua participação no curso. Com base no artigo 81 da Lei nº 8.112/90, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve a situação de Maria:

- (A) Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares permite a participação em atividades de aprimoramento profissional.

(B) Maria poderia participar do curso de capacitação, se tivesse comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a participação no curso.

(C) Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, pois a Lei nº 8.112/90 não exige que o servidor comunique atividades educacionais durante a licença para tratar de interesses particulares.

(D) Maria agiu de forma inadequada ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares veda o envolvimento em atividades educacionais.

(E) Maria agiu de forma inadequada ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares não permite o afastamento para participação em cursos ou atividades que não sejam estritamente pessoais.

**49.** O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece princípios fundamentais para a organização da Administração Pública Federal. Com base neste decreto, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve um dos princípios fundamentais da estrutura organizacional da Administração Pública:

(A) Centralização, que determina que todas as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelo Presidente da República, garantindo a unidade de comando.

(B) descentralização, a que se refere à distribuição de competências dentro de um mesmo órgão ou entidade, possibilitando maior eficiência administrativa.

(C) autonomia, que permite que cada órgão público opere de forma independente, sem a necessidade de seguir as diretrizes gerais estabelecidas pelo Executivo.

(D) delegação, que tem como única exceção a transferência de competência do Presidente da República para os ministros de Estado, visando descentralizar a gestão administrativa.

(E) coordenação que, embora não prevista expressamente no Decreto-Lei 200/1967, determina a atuação integrada entre os diversos órgãos da Administração Pública, assegurando a eficácia na execução das políticas públicas.

**50.** A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Com base nesta lei, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve um dos princípios fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal:

(A) O princípio da transparência, que determina que todas as informações relativas à gestão fiscal devem ser amplamente divulgadas, garantindo o acesso público aos dados financeiros do governo

(B) O princípio da redistribuição, que estabelece que o governo deve redistribuir os recursos orçamentários de forma equitativa entre os diferentes estados e municípios da federação.

(C) O princípio do nepotismo, que veda a contratação de parentes de autoridades públicas para cargos em comissão ou funções de confiança.

(D) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, que determina que todas as decisões orçamentárias devem ser orientadas para o benefício da coletividade.

(E) O princípio da autonomia administrativa, que assegura que cada ente federativo pode gerir seus recursos sem a necessidade de seguir as diretrizes fiscais estabelecidas pela União.

RASCUNHO



# Continue **estudando** **com conteúdo** **gratuito!**

**+de 350** cursos preparatórios

**+1.8 milhões** de questões em concursos

**+10 milhões** de comentários em questões

**+2 mil** mapas mentais

**+4 mil** cursos direcionados

e **28 milhões** de alunos

**Cadastre-se para acessar.**